

# Reflexões acerca das vantagens e limitações dos programas de educação de jovens e adultos

**Maxsuel Gomes de Souza**

Professor da rede pública municipal de Linhares-ES  
Aluno do curso de Direito da FANORTE/ Linhares-ES

**Resumo** A proposta deste estudo é refletir sobre as vantagens e as limitações da prática da educação de jovens e adultos. É conhecido no meio educacional que, desde a institucionalização do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), para minimizar o analfabetismo no país, houve um grande avanço na educação de adultos e, a *posteriori*, de jovens e adultos.

## 1. Introdução

Durante sua trajetória histórica, a Educação de Jovens e Adultos veio definindo e redefinindo seus objetivos, conforme a orientação filosófica e pedagógica adotada pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - ES, pela Secretaria do Município de Linhares-ES, pelos professores e coordenadores que vivenciaram momentos de crises e defasagens educacionais, principalmente por meio da evasão e da repetência.

Partindo de uma pesquisa realizada com base na teoria de Ferreiro e Teberosk, e de Piaget, em diversos estados do Brasil, a educação de jovens e adultos estruturou-se e reorganizou-se a partir de um diagnóstico do nível de desenvolvimento dos alunos em leitura, escrita e cálculos fundamentais.

Daí por diante, ampliou-se a oferta do ensino, de forma que, atualmente, funcionam os seguintes programas de Educação de Jovens e Adultos, mantidos pelo governo estadual: Alfabetização Solidária, Suplência fase I, II e III.

Os alunos participantes desses Programas, por vários motivos, não freqüentaram a escola, quando crianças, sendo as principais causas: distância entre a casa e escola, autoritarismo do professor, reprovações sucessivas e necessidade de contribuir para a renda familiar, por meio do trabalho. Estabelecendo-se uma vinculação entre esses fatores e a totalidade das relações sociais, torna-se necessária a compreensão de que sua exclusão está relacionada às relações de poder, produção e reprodução, e à concentração de riquezas e às desigualdades sociais. Nesse sentido, as condições existenciais do adulto ou jovem estão relacionadas à estrutura da sociedade capitalista, configurando, de forma característica, as relações de trabalho, a organização e estrutura familiar e a trajetória de sua escolarização.

Dessa forma, a trajetória pessoal do adulto excluído, marcada por reiterados fracassos e pelo não-atendimento às suas necessidades básicas, exerce grande influência na sua forma de conceber a si e ao mundo, criando bloqueios no processo de aprendizagem de forma geral. Apesar de se afirmar que o analfabetismo não deveria existir, não são criadas condições concretas para que o adulto estude. A história da Educação Brasileira está repleta de exemplos que corroboram o descaso do Estado para com esta parcela da população. As campanhas esporádicas e as instituições não conseguiram resolver a contento essa empreitada de atender as necessidades básicas e a escolarização dos jovens e adultos das classes populares, o que dá a impressão de que o tempo adequado à aprendizagem e alfabetização é a infância, não sendo permitido aos demais esta regalia. No cotidiano, no ambiente de trabalho e familiar, o adulto sofre, sob diversas formas, injunções contrárias aos seus estudos. Parece que o tempo que necessita e utiliza para estudar faz falta na rotina familiar e profissional, criando “concessões” familiares e institucionais que se expressam em cobranças repetitivas.

Este estudo se justifica no sentido de se buscar respaldo para essas reflexões, pesquisando-se a realidade dos envolvidos nos atuais programas, estendendo-se uma investigação a jovens e adultos que concluíram os programas, bem como aqueles que os abandonaram, donde se avaliará o conjunto de vantagens e de limitações dos mesmos.

## **Objetivos**

Pretendemos analisar os programas de Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos no Município de Linhares-ES, mantidos pelo governo estadual: Alfabetização Solidária, Suplência Fases I, II e III. E, ainda, mais especificamente:

- avaliar as vantagens dos Programas e o sucesso dos jovens e adultos que deles participaram.
- avaliar as limitações dos Programas, considerando-se a não-continuidade de jovens e adultos que se ingressaram nos Programas.

## **Metodologia**

A pesquisa foi organizada em duas fases: uma de revisão de literatura, observando-se as referências relevantes sobre o assunto; e outra de campo, tomando-se como espaço histórico geográfico 10 escolas da rede pública de ensino vinculadas à Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - ES, através da Secretaria do Município de Linhares-ES, onde se estudaram os Programas de Educação de Jovens e Adultos, mantidos pelo governo estadual: Alfabetização Solidária, Suplência fase I, II e III.

Quanto à população-alvo, a pesquisa amostrou, aleatoriamente, 100 dos 250 alunos participantes, os quais responderam ao questionamento: *Para você, quais as vantagens e quais as desvantagens da educação de jovens e adultos?* Esta mesma pergunta foi feita a

20 professores e coordenadores da referida secretaria, que, por vivenciaram momentos de crises e defasagens educacionais, principalmente por meio da evasão e da repetência, apresentaram posicionamentos que corroboraram os dados encontrados na pesquisa bibliográfica.

## **2. Referencial teórico**

É necessário evidenciar alguns pontos importantes sobre o tratamento dado pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n. 9.394/96) à educação de jovens e adultos. A LDB, em seu artigo 3º, determina, dentre os princípios que devem servir de base ao ensino: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; *pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas*; *garantia de padrão de qualidade*; *valorização da experiência extra-escolar*; *vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais* (Grifo do pesquisador deste estudo).

Ressalte-se que, embora a Lei n. 9.394/96 tenha dedicado uma seção para educação de jovens e adultos, com apenas dois artigos desprovidos de aprofundamento em relação ao tema, considerando que se trata de uma modalidade de ensino e, conseqüentemente passa a educação básica, entendemos que principalmente os artigos 2º, 4º e 5º tratam essa educação sob o ponto de vista do ensino fundamental, o que é, sem sombra de dúvida, um ganho em relação à LDB anterior. Mais do que isso, ao determinar a identificação daqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental, abre “um espaço de intervenção que poderá criar possibilidades de confrontar o universo da demanda com o volume e a qualidade da oferta, criando-se argumentos para um maior compromisso do setor público com a educação de jovens e adultos” (BRZEZINSKI, 1997, p. 115).

Finalmente, ressalte-se que a dificuldade de efetivação da educação de jovens e adultos dentro de um padrão de qualidade está mais na questão metodológica, até incluindo-se o problema de formação inicial continuada dos professores e a falta de material didático-pedagógico adequado do que nos objetivos do ensino, uma vez que estes são propostos segundo o nível e, portanto, abstraídos da clientela a que se destinam.

### **2.1. Antecedentes da educação de jovens e adultos**

Esta pesquisa se fundamenta na leitura do referencial teórico que, ao avaliar a educação de jovens e adultos, aponta vantagens e limitações que instigaram o pesquisador a investigar essa realidade no Município de Linhares-ES.

Ao considerar as limitações, conforme diversos estudos, observa-se que um dos fatores que contribuem para a não-permanência deste adulto na escola está relacionado a motivos socioeconômicos e culturais. Durante sua breve passagem pela escola (durante a infância ou juventude), muitas vezes o indivíduo foi exposto à proposta pedagógica alicerçada em princípios empiristas, que não consideravam suas condições concretas de existên-

cia, levando-o a fracassar na escola. Essa experiência de fracasso e exclusão vai repercutir, posteriormente, na vida escolar, causando insegurança, ansiedade e resistência em aprender. Muitas vezes, em sala de aula, os professores se deparam com essa realidade e constataam o quanto os alunos se culpam pela dificuldade em resolver alguma atividade, chamando e considerando-se “incompetentes”, “ignorantes” ou “rudes”. Assim, o adulto analfabeto imagina-se um ser que nada sabe, sentindo-se inferior e incapaz, por não saber ler e escrever, atribuindo as responsabilidades e culpas à cultura e aos que a ela têm acesso, como sendo a fonte do saber.

As concepções do adulto sobre cultura da escola influenciam na realização de um processo bem-sucedido de aprendizagem. Essas concepções aparecem no modo como o adulto percebe o conhecimento, como considera o papel e a função no que tange ao ensino, à organização da aula e ao relacionamento professor/aluno. A escola é concebida como o único local de transmissão de conhecimento. O conhecimento quase sempre é visto como algo pronto, estático e possível de ser assimilado. Enfim, jovens fora da faixa etária e os adultos supõem que o professor tudo sabe, enquanto eles nada sabem, porque desconsideram o saber acumulado pela experiência extra-escolar.

Após alguns anos, os adultos excluídos sentem necessidade de retornar à escola, pois a privação do saber escrito numa sociedade grafocêntrica, embora não invalide outras formas de expressão, registro e comunicação, acarreta-lhes prejuízos no processo de interação e intervenção social. Não conseguir produzir um bilhete com informações básicas ou não compreender a posologia de um remédio são situações cotidianas que exemplificam minimamente esses prejuízos.

Mesmo privado desse saber, o adulto traz consigo uma bagagem rica em conhecimentos “construídos” por meio de sua atuação social. Assim, é necessário partir de todo esse conhecimento assistemático, procurando organizar um conhecimento necessário à sua vida cotidiana.

Essas considerações justificam que não é qualquer proposta que se adapta ao trabalho com adultos. Devem ser considerados vários aspectos, dentre s quais:

- a situação social do aluno (marginalização social);
- os conhecimentos “construídos” pelo adulto (experiência de vida); e
- as dificuldades de aprendizagem decorrentes da exclusão social (bloqueios de aprendizagem).

Nesse sentido, o trabalho com adultos exige metodologia específica, sendo descartadas todas as transposições de metodologias aplicadas à criança. Paulo Freire já mostrava a necessidade de se trabalhar conteúdos vinculados à cotidianidade do educado, afirmando que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra. Tendo como ponto de partida o conhecimento que o aluno possui, faz-se necessário estabelecer vinculações entre o que se pretende ensinar e o que o aluno já conhece, de forma que o que é ensinado na escola possa

ser articulado ao que o aluno já sabe, superando a dissociação entre o que se conhece e o que se utiliza na vida.

## **2.2. Os conteúdos**

Em termos de programas, é importante avaliar se a proposta de trabalho vem integrando os conteúdos básicos aos significativos. Os conteúdos básicos são aqueles presentes no currículo de 1ª a 4ª série, no núcleo comum. Têm relevância na formação do educando, uma vez que, quando ele se apropria desses conhecimentos, tem condições de atuar de forma ativa na realidade social na qual está inserido. O núcleo valoriza os conhecimentos “construídos” historicamente na sociedade, por se constituírem em instrumentos de transformação de si e da realidade. A forma como os conteúdos básicos são trabalhados, diferencia-se daquela utilizada nas escolas comuns, pois o ponto de partida é sempre a realidade do educando e os conhecimentos adquiridos por ele na sua vivência. Convém ressaltar que, dentro do currículo de 1ª a 4ª série, utilizado no ensino fundamental, faz-se uma seleção daqueles conteúdos mais relevantes e que terão utilidade na vida do educando adulto.

Os conteúdos significativos são entendidos como os fatos históricos e sociais da atualidade. Esses conteúdos, que compõem o planejamento da Educação de Adultos, são assuntos políticos, questões e problemas sociais etc. Enfim, todas as questões presentes no contexto social imediato do aluno, pela sua importância, devem fazer parte do processo de formação do cidadão crítico e atuante, a que se propõe o Programa.

## **2.3. O perfil e o trabalho do educando e sua realidade**

Freire, citado por JANUZZI (1983), compreende a educação como “situação gnoseológica em que os sujeitos incidem seu ato cognoscente sobre o objeto cognoscível que os mediatiza” (Freire apud JANUZZI, 1983: 26).

Nesses termos, salienta-se, ainda, que se deve

- Entrar em confronto com a realidade, objetivá-la, isto é, romper a aderência a ela, procurar a causalidade profunda dos fatos, perceber os condicionamentos criados por esta realidade, é desvelá-la.
- Mais ainda a conscientização implica na tarefa de transformação, no compromisso histórico de executar o projeto concebido (JANUZZI, 1983:30).

Nesse sentido, a proposta Freiriana de educação deve constituir um dos marcos de referência, buscado pelos Programas de Educação de Jovens e Adultos, à medida que se tem como ponto de partida as experiências vividas pelo jovem e pelo adulto, buscando-se aliar educação à conscientização, por meio da estruturação de um currículo que abranja conteúdos significativos e básicos que lhe propiciem uma formação crítica necessária a sua inserção na cidadania.

Muitas vezes, é necessário buscar uma reestruturação curricular que possibilite, a partir de discussões, reelaborar os objetivos, tanto em relação a formação profissional dos mentores, professores e organizadores, quanto à formação do aluno que frequenta tais Programas.

Perrota assinala que

a sistematização das percepções desse jovem e adulto sobre seu contexto de vida tem de ser o ponto de partida e referência constante para a aquisição de novos conhecimentos, possibilitando-lhes desenvolver raciocínios mais complexos sobre sua realidade (PERROTA, 1989: 48).

Outro pressuposto metodológico a ser adotado é que se deve partir das expectativas dos alunos, sistematizando e organizando os conhecimentos adquiridos em sua vida concreta. Assim, o adulto analfabeto não chega sem conhecimento matemático à escola; as próprias situações cotidianas impelem-no a apreender esse conhecimento. Dessa forma, muitos possuem facilidade para fazer operações automaticamente, mas têm dificuldades para operacionalizá-las. Geralmente, os adultos já superaram o nível pré-silábico da leitura e escrita, formulando hipóteses quanto ao funcionamento do sistema alfabético de escrita. Essas hipóteses são resultantes da influência direta da escola, freqüentada, na maioria das vezes, de forma breve, ou da influência indireta que se dá no acompanhamento do processo de alfabetização de filhos e netos, ou outras experiências não-escolares. O professor que trabalha em classes populares, antes de tudo, deve conceber a educação como um

processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as conseqüências de sua escolha. Mas isso não será possível se continuarmos bitolando os alfabetizados com desenhos pré-formulados para colorir, com textos criados por outros para copiarem, com caminhos pontilhados para seguir, com histórias que alienam, com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende (FUCK, 1993: 14-15).

É por isso que na Educação de Adultos recomenda-se que não se usem cartilhas no processo de alfabetização, preferindo-se “textos vivos”, com real significado para os educandos. As cartilhas, além de não considerarem a lógica que caracteriza o desenvolvimento cognitivo, apóiam-se somente no sistema de escrita que se pretende ensinar. Não se pode perder de vista que as condições existenciais do trabalhador devem ser privilegiadas na estruturação de uma proposta curricular, de maneira que esta temática esteja presente nas discussões em sala de aula e seja transformada em textos de vida e leitura, de problematização matemática, de contextualização científica, de localização no tempo e no espaço.

O trabalho do aluno assume um papel fundamental no desenrolar do processo educativo por este ser a realidade mais concreta e significativa do educando adulto. No trabalho, o homem estabelece relações sociais, vivenciando os aspectos inerentes a elas, como a exploração, a opressão, o companheirismo. É nesse espaço que o adulto iletrado constrói

aqueles conhecimentos necessários a sua vida em sociedade. Procura-se considerar que o educando passa grande parte do seu tempo diário num espaço de trabalho. Esse espaço é tudo de mais concreto que abrange as experiências do aluno-adulto, por isso ele adquire relevância na condução do processo de ensino-aprendizagem. Porém, faz-se necessário ressaltar que esse espaço é apenas considerado como ponto de partida, pois se busca alargar as discussões para além da realidade vivida e percebida, por se acreditar que a realidade social é complexa e não se deve restringir o trabalho pedagógico somente ao que já é conhecido; deve-se, antes de tudo, alargar esse conhecimento de modo que abranja a realidade social de forma crítica e totalizante.

Nesse sentido, o trabalho, juntamente com a identidade social do aluno, norteia o processo de ensino. Nas ações realizadas na Educação de Jovens e Adultos, nos diferentes níveis, a categoria trabalho é suporte básico para a condução das atividades desempenhadas nos diversos conteúdos ou áreas. Por exemplo, com os alunos iniciantes que ainda não dominam o processo formal de leitura e escrita, ou seja, as formas letradas da comunicação, inicia-se o processo educativo, partindo dos aspectos significativos do trabalho que desempenha. Quer dizer, a sua profissão, as ferramentas que utiliza, o produto de seu trabalho e a importância para o contexto social. Desse modo, os alunos apropriam-se das formas letradas por meio da interação com a realidade. Nesse processo, são ressaltados também os aspectos políticos e sociais inerentes ao trabalho, como a questão salarial, os movimentos da classe operária (sindicatos, greves, assembléias), o desemprego, a fome e a sua condição de trabalhador estabelecendo-se então uma relação entre esses e os conteúdos básicos necessários a sua alfabetização.

A “construção” do conhecimento pelo educando e seu papel enquanto ativo do processo de ensino-aprendizagem são garantidos pela valorização dada às experiências concretas, vivenciadas e construídas pelo adulto ao longo de sua vida. O que enfatiza é a necessidade de se conceber esse adulto não um ignorante, mas como indivíduo que traz consigo uma bagagem rica em conhecimentos construídos por meio da sua atuação no meio social e no espaço de trabalho.

### **3. Considerações finais**

A análise dos programas de Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos no Município de Linhares-ES, mantidos pelo governo estadual – Alfabetização Solidária, Suplência Fases I, II e III – demonstra, de acordo com os estudos conduzidos, vantagens e limitações características a todos os estados brasileiros, o que pôde ser confirmado em entrevista a 100 dos 250 alunos participantes dos Programas e 20 professores e coordenadores envolvidos.

As principais vantagens desses Programas e o sucesso dos jovens e adultos que deles participaram são atribuídos em primeiro lugar à oportunidade de se suprir uma deficiência

sociocultural que interrompeu, por algum motivo, o desenvolvimento escolar regulamentar do estudante. Outra grande vantagem do processo, embora algumas vezes cerceadas pela baixa auto-estima, é o nível de conscientização e do querer dos jovens e adultos, que são conscientes da individualização para serem avaliados, e dos perfis cognitivos tão diferentes uns dos outros, demandando uma educação não-padronizada, oferecendo a cada um a educação que favorece o potencial individual. Contudo, é importante trabalhar a ação conjunta, pois é quando as características individuais se evidenciam, e os próprios alunos são capazes de perceber em que são melhores ou não que os colegas. Esse aspecto é importante por retirar todo enfoque apenas do professor, como centro e condutor do processo, o que deveria também, ser estendido a todos os centros de educação continuada, e a todo o ensino regular que carece de medidas que o tornem menos caótico.

É importante chamar a atenção para o fato de que, embora as escolas declarem que preparam seus alunos para a vida, a vida certamente não se limita apenas a raciocínios verbais e lógicos. Assim, é necessário que as escolas favoreçam o conhecimento de diversas disciplinas básicas; que encorajem seus alunos a resolver problemas e a efetuar tarefas que estejam relacionadas com a vida na comunidade a que pertencem; e que favoreçam o desenvolvimento de combinações intelectuais individuais, a partir da avaliação regular do potencial de cada um. Assim, cada cidadão criará uma nova mentalidade, a da análise compartilhada dos riscos e desafios, que conduz à realização de projetos comuns e à gestão inteligente e pacífica dos conflitos que se mostrarem inevitáveis.

Quanto às limitações dos Programas, considerando-se a não-continuidade de jovens e adultos que se ingressaram nos Programas, o estudo possibilitou observar que há muito o que fazer para se contornar os diversos fatores limitantes, dentre os quais a falta de pré-requisitos, dado o menor contato com material escolar, professor e sala de aula, no contexto dos programas de ensino. Por essa razão, às vezes, surgem dificuldades, de forma que, em muitos casos, nem todos aspiram a terminar o nível, o curso, ou mesmo o semestre. Para algumas realidades, as dificuldades acabam centrando-se até na aquisição de material, de acompanhamento dos cursos e mesmo por desconhecimento das regras do sistema de ensino. Além disso, surgem dificuldades em conciliar estudo e trabalho; estudo e família; podendo ocorrer falta de aptidão e de realização com os conteúdos e com as tarefas ou com o sistema de avaliação.

Como fatores limitantes provocados pelo próprio curso, e com que há de se tomar bastante cuidado, destacaram-se as unidades didáticas mal redigidas; excesso de tarefa no curso, sobrecarregado os alunos de trabalhos, estabelecidos para essas atividades (o curso não pode ser excessivamente difícil, mas é necessário que também não pareça pouco rigoroso).

Ainda, devem ser considerados fatores ambientais como enfermidade do estudante ou de um familiar, mudança do estado civil, ter um filho, cuidado de familiares de idade avançada, mudança de residência; alterações no trabalho: (aumento das horas de trabalho



ou de responsabilidade, mais viagens, horário de trabalho irregular, interrupção, mudança de emprego); entre outros, como retirada de apoio econômico, falta de apoio do esposo/a ou patrão, falta de um lugar tranquilo para o estudo.

Além desses, é ainda relevante considerar os fatores motivacionais, especialmente o aspecto continuidade, reforçando-se que o estudante necessita completar o curso quando seu objetivo anterior já tiver sido atingido.

Finalmente, outros fatores de peso são o medo dos exames; o excesso de atividades, especialmente para aqueles que se matriculam em diversas disciplinas ou cursos; o desânimo em virtude de erros administrativos; incidentes não-desejados como equívocos em matrículas e outros.

Ainda, quanto ao perfil do aluno adulto, estudos confirmam que o abandono predomina no sexo masculino; e também que indivíduos mais qualificados são menos propensos ao abandono, pois ficam gratos por obterem êxito no curso e nas avaliações.

As dificuldades com a educação em massa precisam ser acompanhadas de propostas técnico-pedagógicas para a educação de adultos que não se limitam à escolarização. As críticas ao método de alfabetização da população adulta remetem a uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e à consolidação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos que tem como principal referência o educador Paulo Freire, em cujo novo paradigma se pauta um novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. A alfabetização e a educação de base de adultos deve partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los.

Com a Constituição promulgada em 1988, o dever do Estado com a educação de jovens e adultos é ampliado ao se determinar a garantia de “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso em idade própria”<sup>1</sup>.

Assim, o desafio da educação de jovens e adultos a partir dos anos 90 passa a buscar o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas, com a finalidade de se garantir a adultos analfabetos e a jovens que tiveram passagens fracassadas pelas escolas o acesso à cultura letrada, possibilitando uma participação mais ativa no universo profissional, político e cultural. O desafio torna-se maior quando se pensa que o acesso à cultura letrada não significa ignorar a cultura e os saberes que os jovens e adultos trazem com bagagem. Não se trata de alfabetizar para uma realidade em que a leitura foi privilégio de poucos, mas para contextos culturais em que decodificar a informação escrita é importante para o lazer, o consumo e o trabalho, onde o domínio da língua é pré-requisito para a aquisição da capacidade de lidar com os códigos e ter acesso a outras linguagens simbólicas e não-verbais, como as da informática e as das artes.

---

<sup>1</sup> Constituição da República Federativa do Brasil: Senado Federal, 1988.

## Referências bibliográficas

BRZEZINSKI, Iria (org.) *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 115.

*CONSTITUIÇÃO* da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988.

FERREIRO, E. *Los adultos no-alfabetizados y sus conceptualizaciones del sistema de escritura*. México: IPN, Centro de Investigación y estudios Avanzados, Departamento de Investigaciones Educativas, 1983 (Cuadernos de Investigaciones Educativas, 10).

FERREIRO, E. & TEBEROSKY, A. *A psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986, pp. 15-282.

FILHO, J. P. F. *A Educação Básica de Jovens e Adultos: a trajetória da marginalidade*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação/UFRJ, 1994.

FREIRE, P. *A Importância do Ato de Ler*. 33 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *À Sombra desta Mangueira*. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 1995.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, L. *A produção de ignorância na escola: uma análise crítica do ensino da língua escrita na sala de aula*. São Paulo: Cortez, 1989.

FUCK, I. T. *Alfabetização de adultos*. Petrópolis: Vozes, 1993. pp. 13-30.

GADOTTI, M. Estado e educação popular – políticas de educação de Jovens e adultos, in: SIVA, L. H, AZEVEDO, J.C. (orgs.) *Paixão de aprender II*. Petrópolis: Vozes, 1995, pp. 68-85.

GARCIA, R. L. *Alfabetização dos Alunos das Classes Populares: Ainda um Desafio*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GROSSI, E. P. Um novo paradigma sobre aprendizagem, in: *Paixão de Aprender*. n. 3, Porto Alegre: SMED - Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

HAADAD, S. *Tendências Atuais na Educação de Jovens e Adultos*. Em aberto. Brasília: ano 11, n.º 56, out/dez, 1992.

HARA, R. *Alfabetização de Adultos: ainda um desafio*. São Paulo: CEDI, 1992.

JANUZZI, G. M. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobral*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1983, pp. 25-48.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil. *Plano de comunicação social do Sistema Único de Saúde*, 1991. (Mimeo).

MOREIRA, M. A. & MASINI, E. F. S. *Aprendizagem Significativa - A Teoria de David Ausubel*. São Paulo: Moraes, 1982.

OLIVEIRA, E. C. *A escrita de adultos e adolescentes: processo de aquisição e leitura de mundo*. Vitória: UFES, 1988. Dissertação (Mestrado): Universidade Federal do Espírito Santo.

PEREIRA, M. L. S. e SCHMIDT, Maria Junqueira. *Orientação Educacional*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1969.

PÉREZ GÓMEZ, A. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo, in: NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

PERROTA, C. Educação de adultos: o atendimento necessário. *Revista ANDE*, n. 146-150, 1989.

SALVADOR, C. C. *Aprendizagem escolar e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SCHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos, in: NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SOARES, M. B. As Muitas Facetas da Alfabetização. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas: fevereiro, 1982, n. 52.

SOUZA, M. I. S. *Educação e poder: a nova ordem mundial e seus Reflexos no âmbito educacional – possibilidades e alternativas*. *Universidade e Sociedade*, v. 4, n. 6, pp. 107-115, 1994.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.